



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

3º Quadrimestre de 2014

Salvador, 27 de Fevereiro de 2015

SECRETARIA DA
FAZENDA



Secretaria da Fazenda

GOVERNADOR

RUI COSTA

SECRETÁRIO DA FAZENDA

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA

JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO

CHEFE DE GABINETE

ADRIANO TADEU OLIVEIRA GUEDES CHAGAS

SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

**COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO
E CONTROLE FINANCEIRO**

RANULFO CONTREIRAS LIMA FILHO

DIRETOR DO TESOURO

ARLINDO LUIZ DE SANTANA JÚNIOR

DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA

MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO

Sumário

1. Introdução	04
2. Receita	04
3. Despesa	09
4. Resultado Orçamentário	11
5. Limite de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.....	12
6. Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	12
7. Despesa com Ações e Serviços de Saúde	14
8. Restos a Pagar 2014	14
9. Resultado Primário.....	15
10. Resultado Nominal	15
11. Dívida Pública	16
12. Conclusão	17
13. Glossário.....	18

1. Introdução

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Estado da Bahia no exercício de 2014, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados, de forma resumida e pela relevância, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 29 de Janeiro de 2015 em cumprimento ao disposto no artigo 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº. 101/2000).

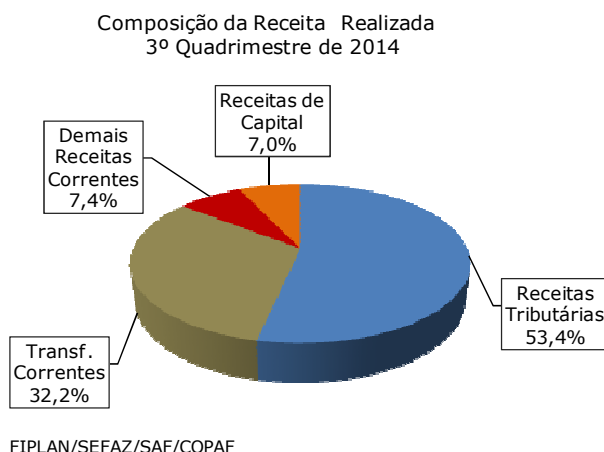
2. Receitas

Balanco Orçamentário da Receita					Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2014	Realização - Janeiro a Dezembro			
		2014	Previsão Atualizada (%) Realizado	2013	Variação Nominal (%) 2014/2013
Receitas Correntes	31.938.532	32.878.584	102,94	29.631.955	10,96
Receita Tributária	19.887.245	20.251.953	101,83	18.476.906	9,61
Receita de Contribuições	1.988.524	2.001.053	100,63	2.107.309	(5,04)
Receita Patrimonial	865.794	1.545.962	178,56	447.586	245,40
Receita Agropecuária	926	483	52,11	569	(15,18)
Receita Industrial	105	-	-	9	(100,00)
Receita de Serviços	140.396	145.111	103,36	172.097	(15,68)
Transferências Correntes	12.285.781	12.233.969	99,58	11.251.057	8,74
Outras Receitas Correntes	686.329	799.568	116,50	941.491	(15,07)
Conta Retificadora da Receita	(3.916.570)	(4.099.515)	104,67	(3.765.068)	8,88
Receitas de Capital	4.827.692	2.653.934	54,97	3.354.797	(20,89)
Operações de Crédito	3.117.896	1.422.046	45,61	2.657.101	(46,48)
Alienação de Bens	14.208	16.767	118,02	20.176	(16,90)
Amortização de Empréstimos	177.221	182.397	102,92	170.999	6,67
Transferências de Capital	1.518.367	1.032.725	68,02	506.521	103,89
Receitas Intra-Orçamentárias	2.429.250	2.405.313	99,01	2.237.225	7,51
Total das Receitas (I)	39.195.473	37.937.831	96,79	35.223.977	7,70
Superávit Financ.Exerc. Anteriores (II)	4.112.978	-	-	-	-
Receitas (III=I+II)	43.308.451	-	-	-	-

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1, LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

As Receitas estaduais realizadas no ano de 2014, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 37,94 bilhões, apresentando uma variação nominal positiva de 7,70% em relação ao realizado em 2013. Da previsão anual atualizada das Receitas do Estado, verificou-se uma realização de 96,79%.

Das receitas realizadas em 2014, destacaram-se as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, com uma participação percentual de 53,4% e 32,2%, respectivamente, no total arrecadado no período.



2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras.

Foi realizado nesta categoria um montante de R\$ 32,88 bilhões, representando uma realização de 102,94% das receitas correntes anuais previstas e atualizadas, com uma variação nominal positiva de 10,96% em relação a 2013.

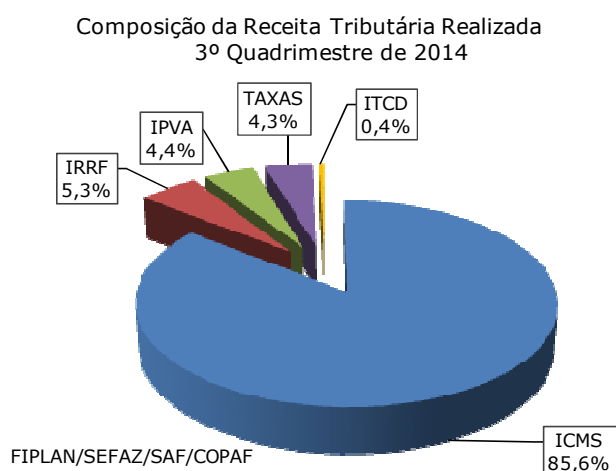
2.1.1 - Receitas Tributárias

A receita oriunda de tributos arrecadada em 2014 teve um crescimento nominal de 9,61%, em relação ao realizado no ano anterior, totalizando R\$ 20,25 bilhões. Do valor previsto atualizado para o ano de 2014, verificou-se uma realização de 101,83%.

Receitas Tributárias					Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2014	Realizado - Janeiro a Dezembro			
		2014	Previsão Atualizada (%) Realizado	2013	Variação Nominal (%) 2014/2013
ICMS	16.960.641	17.345.003	102,27	15.682.058	10,60
IRRF	1.170.723	1.071.864	91,56	1.091.731	(1,82)
IPVA	916.549	891.756	97,29	834.818	6,82
ITCD	51.321	79.750	155,39	74.472	7,09
Taxas	788.011	863.580	109,59	793.827	8,79
Total das Receitas Tributárias	19.887.245	20.251.953	101,83	18.476.906	9,61

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

A maior fonte de receita do Estado, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS teve uma participação de 85,6% no total de Receitas Tributárias realizadas, enquanto que as demais receitas tributárias, a saber, IPVA, IRRF, Taxas e ITCD somaram 14,4%.



ICMS– Este imposto arrecadou em 2014, o total de R\$ 17,35 bilhões, contra R\$ 15,68 bilhões realizados no mesmo período de 2013, significando assim, um incremento nominal de 10,60%. Foram realizados 102,27% da previsão anual atualizada.

IPVA - Os recursos oriundos do IPVA totalizaram R\$ 891,76 milhões, em 2014, com uma elevação de 6,82%, se comparado ao realizado no ano anterior.

TAXAS – As Taxas arrecadadas em 2014 totalizaram R\$ 863,58 milhões, com um acréscimo de 8,79%, comparando-se com 2013. Quanto ao valor orçado foram realizados 109,59% do total atualizado.

ITCD - A arrecadação somou R\$ 79,75 milhões, apresentando um acréscimo de 7,09% em relação ao ano de 2013. Em relação ao valor orçado a realização atingiu 155,39%.

IRRF – Em 2014, o valor contabilizado foi de R\$ 1,07 bilhão com uma variação nominal negativa de 1,82%. Em relação ao valor previsto atualizado para o ano, a arrecadação atingiu 91,56%.

2.1.2 - Transferências Correntes

As Transferências Correntes representaram 37,21% das Receitas Correntes realizadas, sendo compostas pelas Transferências constitucionais e legais da União. Em 2014, as Transferências Correntes alcançaram R\$ 12,23 bilhões, apresentando

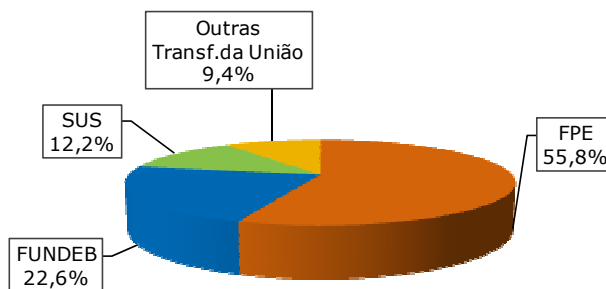
um incremento nominal de 8,74%. Com relação ao previsto atualizado, foram realizados 99,58%.

Transferências Correntes					Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2014	Realizado - Janeiro a Dezembro			
		2014	Previsão Atual (%) Realizado	2013	Varição Nominal (%) 2014/2013
FPE-Fundo de Participação dos Estados	6.720.765	6.822.364	101,51	6.260.708	8,97
IPI Exportação	262.300	273.932	104,43	231.821	18,17
SUS -Recursos do Sistema Único de Saúde	1.511.186	1.494.066	98,87	1.430.720	4,43
Salário Educação	105.918	110.718	104,53	96.057	15,26
Compensação Financeira - Royalties	315.000	257.275	81,67	330.173	(22,08)
FNDE -Fundo Nacional de Desenvol. e Educação	167.904	73.954	44,05	100.212	(26,20)
LEI KANDIR-Transf. Financ. do ICMS - LC 87/96	54.356	54.356	100,00	54.356	0,00
CIDE-Contribuição de Interv. no Domínio Econômico	7.594	7.706	101,48	3.748	105,60
Auxílio Exportação-Aux.Financ.Estados Exportadores.	57.207	77.245	135,03	-	100,00
Outras Transferências da União	11.442	15.281	133,55	9.729	57,07
Transferências do FUNDEB	2.848.926	2.764.185	97,03	2.541.022	8,78
Transferências de Convênios	223.183	282.885	126,75	192.510	46,95
Total das Transferências Correntes	12.285.781	12.233.969	99,58	11.251.057	8,74

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

Das Transferências Correntes, merece destaque pela sua relevância, a realização das Transferências da União – FPE e SUS, as quais participaram no total com um percentual de 55,8% e 12,2%, respectivamente, e as Transferências do FUNDEB, com um percentual de 22,6% do total de Transferências realizadas.

Composição das Transferências Correntes
3º Quadrimestre 2014



FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

FPE – Em 2014, o repasse dos recursos do FPE atingiu R\$ 6,82 bilhões, com uma elevação de 8,97%, na comparação com 2013. Foram realizados 101,51% do valor previsto atualizado para 2014.

SUS - As Transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde - SUS somaram R\$ 1,49 bilhão, em 2014, superior em 4,43% ao realizado no mesmo período de 2013. Houve uma realização de 98,87% em relação ao valor previsto atualizado.

FUNDEB - As Transferências do FUNDEB atingiram o montante de R\$ 2,76 bilhões sem 2014, contra R\$ 2,54 bilhões em 2013, ou seja, uma variação nominal 8,78%. Houve uma realização de 97,03% do valor previsto atualizado.

Compensação Financeira -Royalties – Estes recursos apresentaram uma redução de 22,08% em relação a 2013, com um ingresso de R\$ 257,28 milhões. Foram realizados 81,67% do previsto atualizado para 2014.

IPI – Os recursos oriundos do IPI Exportação realizados em 2014 somaram R\$ 273,93 milhões, com uma variação nominal positiva de 18,17% em relação ao mesmo período de 2013. Do valor previsto atualizado foram realizados 104,43%.

Transferências de Convênios - A realização em 2014 foi de R\$ 282,89 milhões, com crescimento de 46,95%. Foram realizados 126,75% dos recursos previstos no orçamento atualizado para 2014.

Auxílio Exportação - Realizado R\$ 77,25 milhões, representando 135,03% em relação ao orçamento atualizado para 2014.

FNDE – Apresentou uma redução de 26,20% em relação a 2013, e uma realização de R\$ 73,95 milhões. Do valor previsto atualizado, foi realizado apenas 44,05%.

Salário Educação – Houve um ingresso de R\$ 110,72 milhões, com um crescimento de 15,26%, se comparados ao mesmo período de 2013. Com relação à realização do orçamento previsto atualizado, esta atingiu 104,53%.

CIDE – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico. Em 2014 os recursos da CIDE totalizaram R\$7,71 milhões. Trata-se de valores residuais haja vista as medidas econômicas do Governo Federal, de estabelecer alíquota zero para a CIDE desde o segundo semestre de 2012.

Outras Transferências da União- Observa-se um acréscimo de 57,07% comparando-se ao mesmo período do ano anterior, destacando-se as Transferências de Recursos da União para Desportos, no valor de R\$ 7,73 milhões, assim como do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS no total de R\$ 5,47 milhões,e outras transferências (Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais – Administração Direta), R\$ 1,81 milhão, dentre outros.

2.2 - Receitas de Capital

Em 2014, as Receitas de Capital atingiram o montante de R\$ 2,65 bilhões contra R\$ 3,35 bilhões realizados no mesmo período anterior. A variação negativa de

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

46,48% verificada no total de operações de créditos refletiu na queda de 20,89% das receitas de capital. Com relação ao previsto anual atualizado foi realizado 54,97% nas receitas de capital.

Receitas de Capital					Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2014	Realizado - Janeiro a Dezembro			
		2014	Previsão Atual (%) Realizado	2013	Variação Nominal (%) 2014/2013
Operações de Crédito	3.117.896	1.422.046	45,61	2.657.101	(46,48)
Operações de Crédito Internas	1.904.392	465.102	24,42	1.341.035	(65,32)
Operações de Crédito Externas	1.213.504	956.944	78,86	1.316.066	(27,29)
Alienação de Bens	14.208	16.767	118,02	20.176	(16,90)
Amortização de Empréstimos	177.221	182.397	102,92	170.999	6,67
Transferências de Capital	1.518.367	1.032.725	68,02	506.521	103,89
Total das Receitas de Capital	4.827.692	2.653.934	54,97	3.354.797	(20,89)

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

A receita de Amortização de Empréstimos totalizou R\$ 182,40 milhões. Em relação a 2013, este item apresentou um acréscimo nominal de 6,67%, realizando 102,92% do valor orçado atualizado.

As Transferências de Capital apresentaram um acréscimo nominal de 103,89%, totalizando R\$ 1,03 bilhão, sendo formado por 99,09% de Transferências de Convênios. Foram realizados 68,02% do montante previsto atualizado.

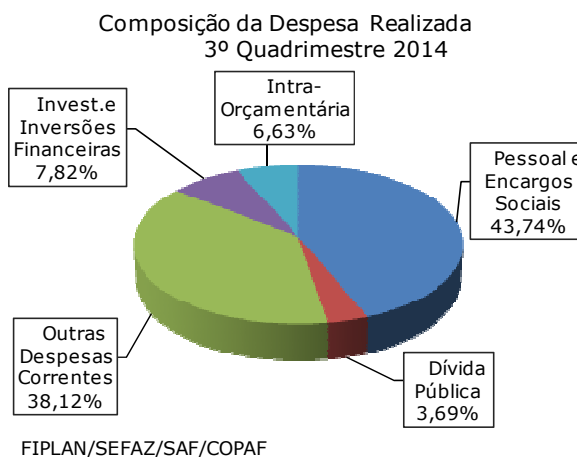
3. DESPESAS

Balanco Orçamentário da Despesa					Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2014	Executada - Janeiro a Dezembro			
		2014	Previsão Atual (%) Realizado	2013	Variação Nominal (%) 2014/2013
Despesas Correntes	32.890.520	30.270.409	92,03	27.551.074	9,87
Pessoal e Encargos Sociais	17.139.110	15.884.200	92,68	14.294.846	11,12
Juros e Encargos da Dívida	551.912	543.166	98,42	497.804	9,11
Outras Despesas Correntes	15.199.497	13.843.043	91,08	12.758.424	8,50
Despesas de Capital	7.960.910	3.637.598	45,69	4.368.658	(16,73)
Investimentos	6.567.910	2.540.216	38,68	2.037.263	24,69
Inversões Financeiras	592.266	300.195	50,69	649.861	(53,81)
Amortização da Dívida	800.734	797.187	99,56	1.681.534	(52,59)
Reserva de Contingência	15.484	-	0,00	-	0,00
Despesas Intra-Orçamentárias	2.441.538	2.406.438	98,56	2.318.076	3,81
Total das Despesas	43.308.451	36.314.445	83,85	34.237.808	6,07

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1 LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

As despesas empenhadas em 2014 totalizaram R\$ 36,31 bilhões, correspondentes a 83,85% do valor previsto atualizado. Em valores nominais, observa-se um aumento de 6,07%, comparando-se com 2013.

Quanto à composição, o grupo Pessoal e Encargos Sociais detêm 43,74% de participação no total realizado no período, seguido das Outras Despesas Correntes, com 38,12%.



3.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental.

Em 2014, as despesas correntes totalizaram R\$ 30,27 bilhões, representando uma realização de 92,03% do valor previsto atualizado para o ano e uma elevação de 9,87% na comparação com 2013.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 15,88 bilhões em 2014, correspondendo a 92,68% da previsão anual atualizada. Com relação aos Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 543,17 milhões, correspondendo a 98,42% da previsão anual atualizada com incremento de 9,11%.

As Outras Despesas Correntes, que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios, totalizaram R\$ 13,84 bilhões, correspondentes a 91,08% do fixado atualizado para o ano e a um acréscimo de 8,50%, em valores nominais, em relação a 2013.

3.2 - Despesas de Capital

Despesas de capital constituem dispêndios que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial.

Em 2014, as Despesas de Capital totalizaram R\$ 3,64 bilhões, com uma redução de 16,73% em relação ao exercício anterior, quando ocorreu amortização extraordinária da dívida pública.

Essa categoria é representada pelos Investimentos com uma realização de R\$ 2,54 bilhões, seguindo-se a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 797,19 milhões, e Inversões Financeiras, com um total de R\$ 300,20 milhões. As despesas com Investimentos apresentaram um aumento de 24,69% em relação ao mesmo período do ano anterior tendo sido realizado 38,68% do valor orçado.

A Amortização da Dívida em 2014 apresentou uma redução de 52,59%. Este fato deveu-se a amortização extraordinária do saldo da Dívida, ocorrida no 1º quadrimestre de 2013, decorrente do contrato da Lei 9.496, no valor de R\$ 604 milhões.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Estado gerou poupança corrente da ordem de R\$ 2,61 bilhões, absorvendo o déficit nas contas de capital e ainda, alcançando um superávit orçamentário da ordem de R\$ 1,62 bilhão.

Resultado da Execução Orçamentária ¹			Em Mil Reais
Especificação	Janeiro a Dezembro		Variação Nominal (%) 2014/2013
	2014	2013	
Receitas Correntes	35.283.897	31.869.180	10,71
(-) Despesas Correntes	32.676.847	29.869.150	9,40
Superávit Corrente (I)	2.607.050	2.000.030	30,35
(+) Receitas de Capital (II)	2.653.934	3.354.797	(20,89)
(-) Despesas de Capital (III)	3.637.598	4.368.658	(16,73)
Superávit Orçamentário (I+II-III)	1.623.386	986.169	64,62

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1,LRF,art. 52,inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

Nota¹:A apuração do Resultado Orçamentário Corrente inclui as receitas e despesas intra-orçamentárias.

5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo do limite prudencial e máximo, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em cada Poder e também no Ministério Público.

Em 2014, o Estado da Bahia comprometeu 55,23% da Receita Corrente Líquida com despesas de pessoal, deste percentual o Poder Executivo e Defensoria atingiram 45,48%. Considerando apenas o Poder Executivo o percentual situou-se em 45,03% da Receita Corrente Líquida - RCL.

Despesa de Pessoal para fins de Limite da LRF 3º Quadrimestre 2014				
Detalhamento	Percentual em Relação a RCL	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Poder Executivo ¹	45,48	43,74	46,17	48,60
Poder Legislativo	2,59	3,06	3,23	3,40
Assembléia Legislativa	1,33	1,68	1,78	1,87
Tribunal de Contas do Estado	0,70	0,81	0,86	0,90
Tribunal de Contas dos Municípios	0,56	0,57	0,60	0,63
Poder Judiciário	5,68	5,40	5,70	6,00
Ministério Público	1,49	1,80	1,90	2,00
Total do Estado	55,23	54,00	57,00	60,00
RCL últimos 12 meses = R\$ 25.870.525 mil				

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo1,LRF, art. 55, inciso I, alinea "a").

Nota ¹ : O percentual realizado inclui o Poder Executivo mais Defensoria Pública. Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual foi de 45,03% da Receita Corrente Líquida.

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

Conforme estabelecido na Constituição Federal, o Estado deve aplicar anualmente, nas despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o percentual de 25%

da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais – RLI. Deve-se, portanto, comprovar o cumprimento deste limite no final do exercício.

Em 2014, o Estado da Bahia superou o limite constitucional anual de 25%, aplicando R\$ 5,93 bilhões, representando 27,63% da Receita Líquida de Impostos. Atingiu dessa forma o estabelecido na Constituição Federal. Analisando as despesas consideradas para fins de limite constitucional, evidencia-se um crescimento nominal de 6,7% em relação a 2013.

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		Em Mil Reais	
Descrição	Realizado 3º Quadrimestre		
	2014	2013	
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	21.459.306	19.774.147	
Valor aplicado das Despesas Próprias com Educação	5.929.151	5.555.184	
Percentual Aplicado em Educação	27,63%	28,09%	

Limite Constitucional Anual¹: 25%

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 8,LDB, art.72)

Nota ¹: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 25% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício - CF/88.

Com relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB observa-se que é um Fundo de natureza contábil, sendo implantado em janeiro de 2007, em substituição ao FUNDEF, que tinha uma menor amplitude e não atendia, por exemplo, a creche e alunos de ensino médio. Os recursos do FUNDEB devem ser empregados exclusivamente em ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica, pública.

Demonstrativo - FUNDEB			Em Mil Reais
Exercício	Aporte ¹	Recebimentos	Resultado Apurado
2009	(2.317.838)	1.678.147	(639.691)
2010	(2.669.753)	1.922.450	(747.303)
2011	(3.046.723)	2.201.822	(844.901)
2012	(3.273.514)	2.534.542	(738.972)
2013	(3.755.493)	2.541.022	(1.214.471)
2014	(4.099.515)	2.764.185	(1.335.329)

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

Nota¹: Valor referente às receitas destinadas ao FUNDEB contabilizadas como Conta retificadora de Receitas, de acordo o Portaria STN nº 328/2001. Refere-se à fonte de recursos 107 e 307.

Em 2014, o valor destinado ao FUNDEB pelo Estado foi de R\$ 4,10 bilhões, tendo o Estado recebido de retorno o valor de R\$ 2,76 bilhões. Observa-se ainda que o

Resultado apurado apresenta uma perda significativa nos últimos dois anos, sendo que em 2014 essa perda atingiu R\$ 1,34 bilhão, conforme demonstrado.

7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

Receitas e Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos com Saúde			Em Mil Reais
Descrição	Realizado - 3º Quadrimestre		
	2014	2013	
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	21.459.306	19.774.146	
Valor aplicado das Despesas Próprias em Saúde	2.851.554	2.429.191	
Percentual Aplicado em Saúde	13,29%	12,28%	

Limite Constitucional Anual¹: 12%

Fonte:FIPLAN/ SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 12 , LC 141/2012, art.35).

Nota¹: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 12% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício,CF/88.

Em 2014, as despesas com saúde atingiram o montante de R\$ 2,85 bilhões, correspondendo a 13,29% em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências, ultrapassando o limite de 12% estabelecido pela Lei Complementar nº 141/2012.

8. RESTOS A PAGAR

Demonstrativo dos Restos a Pagar 2014					Em Mil Reais
Descrição	Liquidados e não Pagos (Processados)		Empenhados e não Liquidados (Não Processados)		Total Geral
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício	
Poder Executivo e Defensoria	126.285	330.505	-	281.730	738.520
Poder Judiciário	1	5.317	-	20.203	25.521
Assembleia Legislativa	2.179	1.397	-	2.495	6.070
Tribunal de Contas do Estado	-	1	-	227	229
Tribunal de Contas dos Municípios	-	0	-	-	-
Ministério Público	-	663	-	3.440	4.103
Total	128.465	337.882	-	308.096	774.443

Fonte:FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF (RGF-Anexo 6 LRF,art. 55,inciso III, alínea "b")

Ao final do ano de 2014, os Restos a Pagar Inscritos totalizaram R\$ 774,44 milhões, dos quais R\$ 738,52 milhões foram inscritos pelo Poder Executivo, e R\$ 35,92 milhões pelo Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado.

Demonstrativo do Resultado Primário		Em Mil Reais
Detalhamento	Realizado - Janeiro a Dezembro	
	2014	2013
Receitas Primárias Correntes (I)	34.831.894	31.542.296
Receitas Primárias de Capital (II)	1.032.725	506.521
Receita Primária Total (III) = (I+II)	35.864.618	32.048.818
Despesas Primárias Correntes (IV)	32.133.681	29.371.346
Despesas Primárias de Capital (V)	2.602.800	2.376.596
Despesa Primária Total (VI) = (IV+V)	34.736.481	31.747.943
Resultado Primário (III - VI)	1.128.137	300.875
Meta do Resultado Primário-LDO : R\$ (686.416) mil		

Fonte : FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 6, LRF, art.53, inciso III).

Em 2014, o Resultado Primário foi de R\$ 1,13 bilhão, evidenciando que o desempenho das receitas fiscais cobriu integralmente as despesas fiscais. A meta anual estabelecida na LDO foi no valor de R\$ (686.416) mil negativos.

10. RESULTADO NOMINAL

Demonstrativo do Resultado Nominal		Em Mil Reais
Especificação	Saldo	
	31/12/2014 (a)	31/12/2013 (b)
Dívida Consolidada (I)	16.911.138	15.033.683
Deduções (II)	6.579.560	4.156.515
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.555.700	4.191.967
Demais Haveres Financeiros	442.084	1.049.618
(-) Restos a Pagar Processados	(418.223)	(1.085.070)
Dívida Consolidada Líquida (III) =(I - II)	10.331.578	10.877.168
Resultado Nominal do 3º Quadrimestre de 2014 (a-b)		(545.590)
Meta do Resultado Nominal - LDO para o ano de 2014: R\$ 1.303.977 mil		

Fonte:FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 5, LRF, art.53,Inciso III).

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. A Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO estabeleceu que o Resultado Nominal poderia expandir até o montante R\$ 1,30 bilhão, em 2014. O Resultado Nominal de R\$ 545,59 milhões negativos demonstrou que houve uma redução da Dívida Consolidada Líquida nesse montante.

11. DÍVIDA PÚBLICA

Dívida Consolidada			Em Mil Reais
Discriminação	Saldo do Exercício		Variação (%)
	2014	2013	
Interna	7.867.202	7.706.437	2,09
Externa	6.831.330	5.311.029	28,63
Outras ¹	2.212.606	2.016.218	9,74
Total	16.911.138	15.033.683	12,49

Fonte :FIPLAN/ SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alinea b).

Nota¹: Refere-se a precatórios vencidos a partir de 04/05/2000 em conformidade com LC 101/00.

Ao final do ano de 2014, a Dívida Consolidada formada pela dívida interna no valor de R\$ 7,87 bilhões, dívida externa no total de R\$ 6,83 bilhões e as outras dívidas (precatórios) no total de R\$ 2,21 bilhões, atingiu o montante de 16,91 bilhões sendo superior em 12,49% em relação ao exercício anterior.

Dívida Consolidada Líquida x Receita Corrente Líquida			Em Mil Reais
Descrição	DCL	RCL	DCL/RCL
Exercício de 2011	8.917.888	19.226.970	0,46
Exercício de 2012	10.617.350	21.624.181	0,49
Exercício de 2013	10.877.168	23.080.634	0,47
Exercício de 2014	10.331.578	25.870.525	0,40
Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL			

Fonte :FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alinea b).

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida correspondeu a 0,40 em 2014, observando que embora a Lei de Responsabilidade Fiscal, estabeleça o limite fixado de 2 (duas) vezes a Receita Corrente Líquida esta relação vem sendo decrescente nos últimos anos.

12. CONCLUSÃO

Em 2014, o Estado registrou Superávit Primário no valor de R\$ 1,13 bilhão. A Receita Total realizada no valor de R\$ 37,94 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 36,31 bilhões resultaram em Superávit Orçamentário de R\$ 1,62 bilhão. O Resultado Nominal demonstrou uma redução do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 545,59 milhões.

Limites Legais em relação a RCL

Descrição	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Despesa de Pessoal	55,23	54,00	57,00	60,00
Garantias de Valores	0,35	19,80	-	22,00
Op. de Crédito Internas e Externas	5,50	14,40	-	16,00
Op. de Crédito por Antecip.de Receita	-	-	-	7,00
Dívida Consolidada Líquida ¹	0,40	1,80	-	2,00

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF.

¹ Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 vezes a Receita Corrente Líquida

Os limites referentes à dívida pública, às garantias de valores e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente, e as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite prudencial estabelecido pela LRF. Os recursos aplicados em educação e saúde demonstram o cumprimento das metas em 2014.

Os números apurados apontam para a manutenção do equilíbrio fiscal.

Salvador, 27 de Fevereiro de 2015.

Observação: A Audiência Pública referente ao 3º quadrimestre de 2014 realizou-se no dia 10 de março de 2015, decorrente de acordo no Legislativo.

13. GLOSSÁRIO

Amortização da Dívida - Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Conta Retificadora da Receita Orçamentária - Conta contábil instituída pela Portaria nº 328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 20% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Despesas Correntes - Categoria Econômica de Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e à continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis, ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Despesas de Capital - Categoria Econômica de Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

Despesas Fiscais - São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

Despesas Intra-orçamentárias - São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São as despesas referentes às Obrigações Patronais (FUNPREV E PLANSERV).

Despesa Total com Pessoal - Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias

(vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites - Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

Dívida Consolidada ou Fundada - É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

Dívida Consolidada Líquida - É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do Serviço da Dívida a Pagar.

Estado - Ente da Federação, inclusive suas Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

Fiplan- O Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia.

Fonte de Recursos - Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

Inversões Financeiras - Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

Investimentos - Despesas de Capital destinadas ao planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Metas Fiscais - São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Receitas Correntes - São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

Receita Corrente Líquida - Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entreguem aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

Receitas Não Fiscais

São as receitas não decorrentes das ações precípuas do Governo, a exemplo das operações de crédito e aplicações financeiras.

Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no

exercício subsequente. Conforme sua natureza, os restos a pagar podem ser classificados em Processados e Não Processados.

Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida. Esse resultado indica em quanto a dívida aumentou ou reduziu no exercício ou num período determinado de tempo.

Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

Realização: SEFAZ / SAF / COPAF

<http://www.sefaz.ba.gov.br/>